


PRÁTICAS EDUCATIVAS FEMINISTAS NA FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-012>

Data de submissão: 04/02/2025

Data de publicação: 04/03/2025

Ana Carolina Corrêa Nogueira

Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura (PPGEDU/UFGPA)

Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: anacarolinacorrea.ufpa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9381-3278>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1650731084613812>

Gilcilene Dias da Costa

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS)

Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: gilcileneufpa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7156-5610>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2934771644021042>

RESUMO

No que tange a história da educação brasileira algumas lacunas são evidenciadas, dentre elas, o papel da mulher na construção e desconstrução do processo de formação, o que conseqüentemente serviu de motivação para a escrita deste artigo levando em consideração que desde os tempos primórdios alguns estereótipos recaíram sobre as mulheres fazendo assim com que elas fossem posta de diferentes modos à margem da sociedade. Em função disso, o presente artigo tem como objetivo apresentar discussões acerca das práticas educativas feministas na formação da educação brasileira e para isso conta com a pesquisa bibliográfica, pois, busca evidenciar a presença de duas mulheres sendo a poeta e educadora Cecília Meireles com as suas obras publicadas em jornais, revistas e livros e a pesquisadora e educadora Aparecida Joly Gouveia com as suas pesquisas publicadas em livros e cadernos. Assim, busca-se relacionar com os estudos e as teorias feministas à luz de autoras como Angela Davis (1944), Bell Hooks (2017 - 2019), Michelle Perrot (2007), Margareth Rago (1998), assim também como estabelecermos esse diálogo com outros teóricos como Marta Araújo (2001), Bhabha (1998), Lôbo (2010) e Niskier (2003). Esperamos com esse artigo fazer reverberar a aparição dessas mulheres como contribuintes na formação da educação brasileira de modo que venha abrir passagem para estudos que evidencie a força feminina como mecanismo de criação e resistência.

Palavras-chave: Práticas Feministas. Educação. Cecília Meireles. Aparecida Joly Gouveia.

1 INTRODUÇÃO

Quando ouvimos ou lemos sobre a história da educação brasileira geralmente esse fato é relacionado a presença de figuras do gênero masculino como Anísio Teixeira (1900 – 1971), e Paulo Freire (1921 – 1997) o que conseqüentemente causa inquietações que motivaram a proposta desta pesquisa no que tange a invisibilidade e/ou apagamento de mulheres na história da formação da educação brasileira.

Destarte, tornou-se mais do que necessário um aparecimento histórico da presença de mulheres na formação e nas práticas educativas na história da educação no Brasil, por isso, este artigo tem como objetivo evidenciar a presença de mulheres de modo que sejam contextualizadas nesse processo de construção da educação mediante aos acontecimentos da sociedade levando em consideração as práticas educativas feministas de duas importantes autoras como Cecília Meireles por meio de seus escritos como poemas e crônicas, assim também como as reflexões presentes nas pesquisas de Aparecida Joly Gouveia sobre o processo de feminização no magistério, o papel que foi conferido a mulher e a forma como isso aconteceu na história da formação da educação brasileira.

Tal levantamento será possível por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois, como aponta Gil (2002), esta é desenvolvida em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos a respeito dos estudos de gênero e estudos feministas acerca da desigualdade de gênero para entender a participação da mulher, a forma como ela foi inserida, por vezes apagada, silenciada ou invisibilizada na formação da educação brasileira. Tendo por base autoras feministas da contemporaneidade, tais como Angela Davis (2016), Bell hooks (2019, 2020), Simone de Beauvoir (1960/ 1980), Margareth Rago (1998), Virginia Woolf (1985), esta pesquisa qualitativa baseia-se em um estudo teórico que aprofunda o conhecimento da realidade da educação brasileira relacionando aos aspectos contextuais, políticos e sociais.

Numa concepção de abordagem social, esse artigo torna-se relevante, pois, busca apresentar a importância e contextualizar os desafios da mulher no cenário da formação da educação no Brasil por meio das discussões de gênero, para além disso, busca evidenciar a luta por emancipação feminina e uma educação emancipatória por meio das práticas feministas. Para o meio acadêmico, esperamos com este estudo contribuir para a emergência de outros cenários sociais e educacionais que evidenciem a presença da mulher, sobretudo a da mulher educadora e pesquisadora fazendo reverberar a potência de suas escritas e os seus ecos de resistência feminista.

2 PATRIARCALISMO COMO PRECEITO DE INVISIBILIDADE E APAGAMENTO

De antigamente para os dias atuais o marco civilizatório atrelado ao patriarcado colocava as mulheres como propriedade de seus pais, maridos, irmãos ou quaisquer fosse o chefe de família, e ao pensar nesse cenário no que diz respeito ao espaço social, é notório que estereótipos recaíram também sobre as mulheres em outras esferas do qual buscamos delimitar, no âmbito educacional.

A compreensão da presença da mulher no aparecimento da historicidade sobre a formação da educação brasileira se dá a partir do seu acesso ao meio educacional, ou seja, na entrada nos anos iniciais, o que conseqüentemente gerou uma contradição que causou divergência nos agenciamentos do que seria o papel da mulher, onde ora era incorporada como educanda e ora como mestra, ou seja, primeiramente sendo posta com a capacidade intelectual inferior aos homens, mas ao mesmo tempo apresentava características “instintivas” para executar a função de mãe ou cuidadora, discurso este carregado de misoginia e total preconceito de gênero.

No que diz respeito a esse conflito de contradição Antonia Telles (2014, p. 5) aponta que no início da formação educacional brasileira havia uma certa distinção acerca do tipo de educação entre meninos e meninas e que as escolas eram diferenciadas, fazendo assim, modelos próprios para o “ser homem” e o “ser mulher”¹, ou seja, determinava o que ambos os sexos deveriam ser e como deveriam se portar diante da sociedade, o que influenciava completamente em suas escolhas vocacionais, isso quando escolher era privilégio apenas do gênero masculino ou autorizado pelos mesmos.

Dentre esses modelos, podemos imaginar uma educação estereotipada em valores morais voltada para a educação de mulheres onde o único meio dela ser incluída no espaço social era através do casamento, assim, por meio dele “ela toma-lhe o nome, associa-se a seu culto, integra-se em sua classe, em seu meio; pertence à família dele” (BEAUVOIR 1960, p. 169), do contrário, ela era descartada, ou seja, despeitada e rejeitada, o que ocasionada sua invalidação diante da sociedade. Ainda que fosse aceita e casada, Ângela Davis em seu livro *Mulheres, raça e classe* (2016, p. 71) ressalta que a instituição do matrimônio tinha diversos efeitos prejudiciais às mulheres, para a filósofa “o casamento roubava delas seu direito à propriedade, tornando-as econômica e moralmente dependentes de seus maridos”, além de passar a viver em função de seu casamento, a mulher ainda dependia de seu marido em todos os aspectos de sua vida.

E para melhor contextualizar esse cenário, utilizamos o conceito de “*entrelugares*” cunhado por Bhabha (1998), que busca apontar um determinado marco eminente que ora separa e limita, mas que também permite aproximações entre tempo e espaço, ou seja, criar aproximações entre o contexto passado com o contexto atual. O marco eminente presente nessa construção começa pelo processo

¹ Termo utilizado pela autora como crítica ao modelo educacional que distinguia meninos e meninas.

civilizatório patriarcal sendo separado e limitado pelo espaço-tempo, visto que tais percepções preconceituosas já não nos servem como norte primordial para o recontar da historicidade de mulheres na formação da educação brasileira, mas ainda sim servirá como ponto de partida para apresentar o contexto histórico, que como coloca Bhabha (1998 p, 23), atravessam “os campos identitários, subjetivos ou coletivos, nas relações e nos processos interculturais”.

E nesse cenário educacional excludente não seria diferente, mas na tentativa de emergir o novo, Fleuri (2003, p. 22) apud Bhabha, (1998, p. 19-20) afirma que esses “*entrelugares*” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação no ato de definir a própria ideia de sociedade, é por meio desse terreno fornecido que diversas mulheres criaram estratégias para resistir. E por falar em contestação, por que não contestar a forma misógina de se pensar o cotidiano das mulheres que muitas vezes está relacionado ao fato delas serem vistas de forma coisificada, invisibilizadas em suas intelectualidades e apagadas em suas particularidades e multiplicidades? Michelle Perrot (2007, p. 17) afirma que “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas”. Daí a necessidade da apreciação e o levantamento histórico, social, político da participação da mulher na educação brasileira, deflagrando as suas trajetórias como forma de trazer à visibilidade as suas existências, conquistas e lutas.

À época do Brasil Colônia, as lutas dessas mulheres eram concentradas nas necessidades como: o direito a ter e se posicionar no âmbito político de maneira que tivessem acesso ao voto, direito à educação, direito ao divórcio e ao acesso livre ao mercado de trabalho. Margareth Rago (1998, p, 7) em *Epistemologia Feminista, Gênero e História*, “observou exaustivamente a questão das relações sexuais da mulher e especificamente das lutas pela emancipação deste sujeito antes definido como sexo frágil”.

Em diversos setores sociais as mulheres sofreram com a exclusão ou com a sua invisibilidade diante do centralizador papel masculino. Angela Davis (2016, p. 71) declara que “como consequência da condição de inferioridade das mulheres no interior do casamento, elas também eram sujeitas a desigualdades nas instituições de ensino e na carreira”. Como se já não bastasse a desigualdade de gênero em seu matrimônio por sua condição biológica de mulher, sofriam e sofrem até os dias atuais nas outras atmosferas, diante do que foi exposto, observamos que existiu desde esses tempos uma necessidade de questionar acerca da invisibilização e do comparecimento da mulher de forma geral, mas em específico na formação da educação.

3 PRÁTICAS FEMINISTAS NO BRASIL

No início da década de 1980 os estudos feministas não eram considerados autênticos e, portanto, não faziam parte de um projeto de ciência, como nos mostra Rago (1998):

(...) os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. (RAGO, 1998, p. 6).

A entrada dos estudos feministas provocou desestabilização e rupturas agregadas aos valores patriarcais enquanto discurso normativo, e também causava estranheza que uma mulher sequer cogitasse a possibilidade de ser independente, sempre na condição de submissa e subordinada ela era posta como incapaz de pensar ou escrever satisfatoriamente quanto a um homem.

Esses estudos feministas juntamente com o movimento feminista foram primordial para o surgimento do campos dos estudos que evidenciem o surgimento da presença de mulheres na história da formação da educação, essas movimentações levaram mulheres a promover debates, palestras e discussões no meio acadêmico, revistas e etc, fazendo com que mais mulheres tivessem acesso a informações para que assim se libertassem desse papel de oprimida e passassem a ser contadoras e protagonistas de suas próprias histórias.

Uma vez que a educação destinada ao gênero feminino no que diz respeito a um contexto histórico regado a moralidades atreladas ao machismo estrutural era relacionada às funções do lar, Marta Araújo (2001) argumenta que foi depois da independência do Brasil, com a chegada do projeto nacional de formar o novo cidadão que a educação passou a ser fundamental para a arguição do conhecimento educacional do cidadão brasileiro. Conseqüentemente em decorrência desse projeto a figura da mulher foi ocupando outros espaços e a sua presença no processo de inserção, e a sua emancipação na escola se unifica com os anseios individuais e coletivo na luta pela igualdade de gênero não só nos espaços acadêmicos, mas também no âmbito profissional e pessoal, conforme aponta Bell Hooks:

Em todas as esferas da escrita literária e da bibliografia acadêmica, trabalhos produzidos por mulheres haviam recebidos poucas, ou nenhuma atenção, uma consequência da discriminação de gênero. Notavelmente, quando um movimento feminista expôs preconceitos na composição de currículos, muitos desses trabalhos que foram esquecidos e ignorados, foram redescobertos (hooks, 2020, p. 42).

Os assuntos referentes à educação e as conquistas inerentes de mulheres se fazem notórios a cada dia que passa, isso porque denúncias às diferentes formas de preconceito de gênero passaram a ser

evidenciadas cada vez mais, onde as convenções patriarcais são deixadas de lado para que a igualdade de gênero passe a ser a ponte mediadora nas questões sociais e educacionais.

Atualmente os estudos que buscam problematizar o sexismo vem recebendo mais popularidade por conta da intensificação do movimento feminista. Salienta-se que na ausência de conhecimento sobre os pensamentos e teorias feministas, acaba-se por reduzir o feminismo a um conjunto de mulheres que pregam gratuitamente o ódio aos homens expressando desejo de se tornarem iguais a eles e acabam por se distanciar do problema principal. Dado esse distanciamento o que ocorre é a postulação do sexismo que se divide em dois subcomponentes ambivalente: o sexismo hostil e o sexismo benevolente, como aponta Formigosa:

O sexismo ambivalente é compreendido como um conjunto de estereótipos sobre a avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado na sociedade dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo. As formas de sexismo são ambivalentes, não somente porque são indiretas, mas também, por acarretar emoções negativas e positivas, as quais de dupla valência afetivas, principalmente, quando se considera sua prática e expressão discriminatória tradicional, as quais se apresentam como sexismo hostil e sexismo benévolo (FORMIGA, 2011, p. 193).

Esses dois conjuntos de sexismo “benévolo”, que está associado ao posicionamento de homens como defensores que tratam a mulher como indefesa, e “hostil”, deixando explícito o preconceito com a mulher, ambos precisam ser combatidos.

Para desafiá-los e mudá-los observou-se no processo de evolução feminista duas vertentes: a primeira seria o de compreender como essa ideia sexista moldou as mulheres e estruturou o patriarcado de forma que viesse privilegiar apenas os homens; e a segunda, parte da necessidade de reconhecer o problema de gênero.

Nesse processo de produção e escrita, o sexismo buscou privilegiar apenas a produção de autoria masculina. Bell Hooks (2020, p. 43) critica e afirma que “o movimento feminista criou uma revolução quando exigiu respeito pelo trabalho acadêmico de mulheres, reconhecimento desse trabalho do passado e do presente e o fim dos preconceitos de gênero em currículos e na pedagogia”. Em outras palavras, as reivindicações das mulheres por meio do movimento feminista exigiam que além de serem reconhecidas por suas produções fossem também consideradas com capacidade intelectual para produzir, educar e pesquisar tanto quando o homem.

O movimento feminista e os estudos que permeiam as discussões de gênero servem como base para denunciar o preconceito e para dar visibilidade a escrita e produção de autoria feminina. A crítica feminista surgiu nos Estados Unidos e na Europa por volta de 1970, e elevava o processo de desconstrução dos padrões literários. Zolin nos mostra que:

(...) no contexto do feminismo, fez emergir uma tradição literária feminina até então ignorada pela história da literatura. Tomando como elemento norteador a bandeira do feminismo e, portanto, a ótica da alteridade e da diferença, muitos historiadores literários começaram a resgatar e a reinterpretar a produção literária de autoria feminina, numa atitude de historicização que se constituiu como resistência à ideologia que historicamente vinha regulando o saber sobre a literatura (ZOLIN, 2009, p. 327).

É diante desse cenário que se torna importante destacar as práticas educativas feministas que estão para além da sala de aula, e que se encontram também em diversos espaços, sendo o social um dos meios de se perpetuar a educação, visto que este como um todo também pode ser palco para práticas educacionais de maneira geral, e mais especificamente sobre as práticas educativas feministas, como afirma Telles:

A luta pela escrita da história das mulheres não corresponde simplesmente em requerer à mulher papel na história e sim demonstrar a renovação de uma historiografia que seja capaz de apresentar os sujeitos da história, independente de sexo, classe ou raça. Apresentando-os da maneira como de fato eles se relacionam ao processo e aos fatos históricos da humanidade (TELLES, 2014, p. 4).

O que se busca aqui então, não é reproduzir estudos e debates acerca daquilo que já foi posto no que tange o silenciamento, apagamento ou esquecimento de mulheres, mas sim, ressaltar a presença de mulheres na construção e história da formação da educação brasileira, sendo elas Cecília Meireles e Aparecida Joly Gouveia.

3.1 CECÍLIA MEIRELES: UM NOME DE MULHER NA FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Tudo, em suma, é sempre uma questão de educação (MEIRELES, 2001, p. 29- 31).

Cecília Meireles nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 07 de novembro de 1901, conhecida como uma ilustre poeta na história da literatura brasileira, o que poucos sabem, segundo Yolanda Lobo (2010, p, 12) apesar da autora ser conhecida pela produção de diversos gêneros literários como poesia, prosa, conto e crônica, sua vida enquanto educadora é pouco conhecida.

Aprender é sempre adquirir uma força para outras vitórias, na sucessão interminável da vida. Os adultos aconselham frequentemente às crianças a vantagem de aprender, vantagem que tão pouco conhecem e que a si mesmos dificilmente seriam capazes de aconselhar. Pode ser que um dia cheguem a mudar muito, e dêem conselhos a si mesmos. Daí por diante, o mundo começará a ficar melhor (MEIRELES, 2001, p. 64).

As anuências da poeta e educadora não foi de forma vazia e passageira, como cronista demonstrava afeto pelo magistério, bem como abordava assuntos referentes à política e religião, que

inclusive nos períodos de 1941 a 1943 sofreu censura para que não fosse publicado em sua coluna qualquer coisa que fosse relacionado a política, pois a quem ela fazia crítica era ao Presidente da época Getúlio Vargas, a qual rispidamente ela chama de “O ditador”, justamente por se tratar de um governo extremamente autoritário. Para além disso, também se dedicou a assuntos delicados na sua profissão como as “reformas do ensino e da ortografia”, Lobo (1966) argumenta que sua vocação para o magistério pode ser herança da mãe que também foi professora.

Cecília Meireles foi jornalista, ensaísta, tradutora, folclorista, pintora e professora, em verdade, ela também levantava a bandeira em defesa da educação, almejava uma pedagogia freiriana, ou seja, com ideais baseados em uma pedagogia autônoma que levasse em consideração o direito ao acesso à educação por meio da igualdade de gênero de forma ampla. Suas formas de (re)existir seja por meio da arte, da política ou da educação, fez com que de certa forma ela conseguisse adentrar em diversos espaços, e lidar com as diferenças sociais, como aponta Araújo (2001) sobre a importância de Cecília na formação da educação brasileira, pois, ela buscou debater o sentido humano e político do ato de educar através de pensamentos socioeducativos, visando sempre uma educação renovada como instrumento de correção da desigualdade social brasileira.

Sempre preocupada com o futuro da educação no Brasil, Araújo (2001 p, 13) diz que a articulação de sua cultura educacional e de pesquisadora juntamente com a prática de jornalista exercida no *Diário de notícias* no Rio de Janeiro, fez com que criasse a Página de Educação onde escreveu:

Tudo que se relacionar com educação e ensino – desde a escola primária até a universidade – será nestas colunas objeto de uma constante preocupação. Comentando imparcialmente atos das autoridades, discutindo as novas ideias ou julgando os resultados de intensa experimentação que está se realizando em muitas escolas desta capital e de alguns estados, procurando proporcionar ao professorado argumentos para acompanhar de perto a renovação pedagógica do momento, e aos entendidos no assunto a oportunidade para um juízo seguro a respeito de todas as novas iniciativas (MEIRELES, Cecília. Página de Educação. Diário de Notícias. Rio de Janeiro - 12 de junho, 1930, p. 5).

Em vista disso, Cecília usava a página para encarregar-se da missão de formação de pessoas com senso crítico que fossem convergir com os ideais dos professores e demais responsáveis que estivessem de acordo com a implementação dos novos métodos educacionais.

O trabalho da educadora-jornalista, nesses primeiros meses de existência da Página de Educação, teve o objetivo de propagar os princípios norteadores de uma nova concepção de educação. Para isso, organizou as matérias da Página em dois blocos complementares. Em sua coluna Comentário, traduzia, por meio de uma linguagem coloquial, clara, despresumida – “uma conversa” para fazer “*nascer a sombra*” –, conceitos fundamentais de teorias de educação. A coluna central – “*Uma página de ...*” – apresentava personagens que materializavam esses conceitos na obra de educação no Brasil e no mundo (LOBO, 2010. p, 32).

A sua relação com a educação surgiu quando tornou-se cronista logo após sua formatura no Instituto de Educação do Rio de Janeiro onde lecionou, o que posteriormente contribuiu para seu envolvimento no Movimento da Educação Nova que se instaurava no Brasil. Sobre isto, a educadora/poeta foi signatária do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de acordo com um documento histórico de 1932, produzido por Fernando de Azevedo e assinado por outros vinte e seis intelectuais, dos quais evidenciamos em sua maioria, homens, brancos e heterossexuais.

O Manifesto dos pioneiros detinha como proposta visar uma educação adequada, ou seja, uma educação laica, de qualidade e acessível para pessoas afetadas pelos problemas socioeconômicos. Marcado por um período de reorganização onde a nova sociedade que estava se instaurando fugia da sociedade agrária e se tornava uma sociedade urbana industrial. Dentre muitos feitos, Arnaldo Niskier (2003, p, 122) afirma que em 1934 Cecília juntamente com o seu marido fundou o “Centro de Cultura Infantil”, onde funcionou a primeira biblioteca infantil especializada no Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro, no pavilhão Mourisco, que na época tinha Anísio Teixeira como diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal.

Sobre as preocupações com relação a educação, Cecília elaborava seus questionamentos tecendo críticas cirúrgicas a especialistas e políticos que ficavam na teoria e desconsideravam a prática, para ela a educação não poderia ser criticada por “conhecedores e especialistas” de uma forma geral, uma vez que teria que levar em conta questões relacionadas aos aspectos filosóficos de maneira que atendesse as perspectivas profissionais de cada um. Ou seja, ela questionava se após a conclusão do curso as professoras estavam cientes e preparadas para as situações que lhes aguardavam, também frisava a importância de fazer com que a escola se tornasse palco de sedução no sentido de transformar o espaço físico escolar, não focando somente na relação pedagógica.

Araújo (2001, p.) diz que “Cecília Meireles foi uma educadora no sentido amplo do termo”, e diante de tantos dados sobre a vida pessoal e profissional da Poeta Educadora, é possível testemunhar várias formas de resistir e de se posicionar diante de assuntos educacionais. Sempre crítica, militante, e a favor de uma educação distante da concepção da educação bancária, o que ela queria era uma educação com bases nas perspectivas freiriana, pautada em ideais libertadores, como coloca Araújo (2001, p. 16), Cecília “acreditava profundamente que somente por meio da educação renovada se produzia transformações integrais... nessa sua inquietude fez dessa educação uma poética, uma paixão, uma batalha diuturna”.

Como fomentadora de mudanças sociais viabilizadas pela educação, utilizava sua escrita como arte de se posicionar de forma transformadora em referência ao meio social, o que podemos relacionar com as práticas educativas feministas, nas quais se tinha uma necessidade de modificação do cenário

em que ela estava inserida.

3.2 APARECIDA JOLY: FECHANDO UMA HISTÓRIA E ABRINDO PASSAGENS PARA OUTRAS MULHERES

Seguindo na ideia de trazer à tona mulheres no campo da formação da educação brasileira, aqui apresento Aparecida Joly Gouveia. Nasceu 15 de julho de 1919, filha de Leopoldina Joly Gouveia e Luiz Furtado Gouveia, advinda de família humilde, sem muitas condições financeiras, moradora de uma pequena cidade chamada Itatiba, a 100 quilômetros de São Paulo, Joly foi um importante nome no que tange pensadoras clássicas nesse processo de construção e desconstrução da educação.

A Pesquisadora-educadora produziu diversas pesquisas, e a partir desses estudos e dessas investigações a história da educação foi tomando novos rumos e direcionamentos. O objetivo desse tópico é apresentar os percursos que Aparecida Joly enfrentou em suas produções acadêmicas, onde tinha como principal motivação, mas não única, pesquisar sobre a feminização no magistério.

A forma como Aparecida Joly apresenta a situação da pesquisa educacional no Brasil é dividida em três períodos: o primeiro corresponde à elaboração do INEP, onde os estudos giram em torno de processos de ensino e instrumentos de avaliação de aprendizagem levando em consideração a análise comportamental. O segundo período sucedeu a partir da criação do “Centro Brasileiro e dos Centros Regionais de Pesquisa Educacionais” (CBPE/CRPE), que visava a educação como mobilidade social e exemplificava as questões de raça. Já o terceiro, estava relacionado aos registros dos recursos e financiamentos que a educação brasileira recebia.

Sua prática educativa foi construída durante o caminhar e atravessamento do seu processo de pesquisa que buscava descrever sobre os seus métodos, mas para além disso, elevou um olhar de cautela para os processos de formação de professoras no magistério.

Posto isso, Renata Scherer (2018 p. 318) diz que Gouveia “teve como foco a escolha ocupacional das mulheres, apontando para uma compreensão do magistério ligada a atitudes e valores tradicionais, mostrando a importância do tradicionalismo para a escolha vocacional pelo magistério”, o que nos possibilita margem, isto é, caminhos, para o avanço nas discussões sobre a “feminização do magistério brasileiro”.

Ainda nesse processo de elaboração de uma educação voltada para uma nova sociedade que surgia emergente ao meio urbano, outro fato que não passou despercebido foi o seu envolvimento na produção do livro “*Professoras do amanhã*” que emergiu mediante a construção de uma sociedade democrática, como coloca Gouveia (1965) “a nossa intelectualidade esteve especialmente envolvida em disputas políticas sobre a construção da sociedade democrática, com o concurso de uma escola

pública de qualidade”.

Socióloga conhecedora dos problemas educacionais do país, focou as suas pesquisas nas possibilidades de salientar inquietações vigentes a tal cenário e traçar planos que viessem de fato resolver as adversidades e conflitos presentes naquela sociedade no que se refere ao espaço educacional, relacionando assim os problemas da educação no Brasil com os problemas da sociedade.

Entre os problemas presentes naquela sociedade a autora expõe o auto índice de analfabetismo no Brasil, que foi assunto presente em seu artigo “Milhares de Normalista, Milhões de Analfabetos” publicado em 1961, onde a pesquisadora fomentou discussões e demonstrou preocupações referentes à formação de professores e professoras no ensino básico e a democratização da escolarização para todos.

Outra produção importante apresenta discussões específicas a respeito da formação de professoras, esse estudo se faz presente no seu livro publicado em 1940 “Professoras do amanhã: um estudo de escolha ocupacional”, que vem argumentar e investigar as resoluções vocacionais da mulher levando em consideração um país que encarava uma ligeira mudança na sociedade que alavancou a industrialização, e como essas mudanças vem concernir sobre a feminização do magistério e as diferentes formas de como a mulher vem se inserindo nessa nova sociedade, que acaba abrindo possibilidades para essa categoria. Por ter uma habilidade interdisciplinar, buscava relacionar o campo da sociologia com a filosofia e a psicologia para explicar a forma como essas correntes influenciavam e contribuíram para o seu objeto de pesquisa, assim também como sempre buscou colocar a questão da mulher diante da sociedade.

Dentro do seu objeto de pesquisa, Aparecida Joly apresentou o histórico de pesquisadoras brasileiras e buscou colocar em destaque a experiência dessas mulheres, e como a trajetória pessoal serviu de motivação para chegar nesse encargo, conseqüentemente discussões em torno dos estudos de gênero surgiram, e principalmente sobre o processo de feminização do magistério apresentada por Scherer que expõem duas classificações:

Uma primeira classificação corresponderia a processos conflituos em que a obrigatoriedade escolar e a profissionalização da tarefa de educar junto com a formação de um corpo docente masculino antecedeu o processo de feminização. E uma segunda classificação cujo processo ocorreu sem conflitos quando a obrigatoriedade escolar e a profissionalização da tarefa educativa aconteceram de forma paralela (SCHERER, 2018, p. 322-323).

Ainda que de maneira rápida e ampla, a feminização do magistério permaneceu contida sob o domínio de autoridades públicas masculinas, o que de forma errônea acabava por controlar e não medir as conseqüências das decisões tomadas referente à educação. Isto fazia com que através dos seus métodos de pesquisa, Joly levantasse críticas ao sistema educacional vigente e a sociedade que ainda

era pautada no tradicionalismo, que por consequência influenciava na manutenção do patriarcado.

Diante de tudo que foi exposto até o presente momento, algumas reflexões foram feitas pela autora com relação a feminização do magistério: Por que as mulheres optaram por ser professoras? Seria o magistério uma válvula de escape para a emancipação de mulheres?

Como resposta a essas perguntas, Gouveia (1965) afirma que, no processo de mudança de uma sociedade industrial, mulheres da classe social alta viam o magistério como uma oportunidade de ganhar mais autonomia diante do papel centralizador masculino. Já para as mulheres de classe social baixa, o magistério acabou se tornando uma oportunidade de sustentar o seu meio familiar.

Scherer (2018, p. 324) cita Jane Soares Almeida (1998; 2006) que diz que “para a pesquisadora, a oportunidade de deixar os limites da esfera doméstica para uma esfera social, pode ter sido um fator determinante para a escolha pela docência de muitas mulheres”. Aparecida Joly me faz questionar quantas outras educadoras não foram silenciadas pela história da educação brasileira? Obviamente, a pesquisadora tinha toda uma preocupação em fomentar essas reflexões para que a sociedade pensasse sobre o papel que foi conferido à mulher e a forma como isso aconteceu durante o processo de feminização do magistério.

Scherer segue dizendo “no Brasil, o magistério em um primeiro momento se tornou uma atividade permitida para as mulheres e, posteriormente, uma atividade indicada para elas”. As palavras “permitida” e “indicação” só ressaltam a ideia de mulheres submissas que adotaram o magistério porque alguém permitiu ou alguém indicou. Na esperança de renovação da educação brasileira de forma ampla, justa e igualitária e na transformação da sociedade é que percebemos a luta de Joly como pesquisadora que através dos seus métodos se fazia uma praticante feminista de forma educativa ainda que não fosse de forma assumida e escancarada, mas que aqui, consideramos como uma militante ferrenha da causa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou apresentar de uma maneira geral a forma como os resquícios da sociedade patriarcal influencia na invisibilidade de mulheres desde a formação da educação até os dias atuais. Diante dessas percepções apresentadas, buscou-se elencar as práticas educativas feministas na formação da educação brasileira por meio da vida e obra da Poeta-Educadora Cecília Meireles que mediante as suas obras e produções buscou se posicionar de forma assertiva e militante sempre em prol de uma educação ampla que fosse diferente de uma educação excludente e desigual, e da Pesquisadora-Educadora Aparecida Joly Gouveia que fez o uso das suas pesquisas de uma forma que viesse quantificar os problemas de uma sociedade com índice de analfabetismo elevado e sobretudo, problematizar a entrada de mulheres no magistério. Diante disso, ambas com as suas formas de (r)existir

nos leva a afirmar que não só a escrita dessas duas mulheres, mas como as suas lutas se tornam atemporal, pois toca em assuntos graves que se fazem presentes até os dias atuais, tanto na educação, quanto na sociedade.

O recontar da historicidade dessas mulheres na formação da educação brasileira serviu não só para evidenciar a presença delas, mas como também para apresentar discussões que potencializam as práticas educativas feministas por meio do avanço na produção de novos conhecimentos que possibilitou e possibilitará a modificação desse cenário educacional excludente e patriarcal, que ainda nos dias atuais necessita de quebras que são complexas e conflituosas mas que sinalizam grande importância para a renovação e transformação da educação, pois é, indispensável a presença de mulheres pela coletivização das lutas sociais, raciais, de gênero e políticas, assim também como reivindicação em espaços educacionais de modo em elas deixem de ocupar o lugar de “objetos” de estudo e que por meio da potencialização de suas lutas e suas práticas educativas sejam as produtoras da ciência, da arte e da sua própria história.

No mais, esperamos que essa escrita venha atravessar não só o espaço, mas como também o tempo, assim como as práticas educativas feministas dessas autoras, de forma que venha sempre problematizar os apagamentos, silenciamentos e formas de preconceitos de gênero mediante a todas as pessoas postas como inferior ou colocadas à margem da sociedade. É para a criação de outros cenários e de outras possibilidades que esse artigo surge.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Marta Maria de. “Lembrando a educadora Cecília Meireles”. In: Revista Educação em Questão. Edição Especial. Natal: UFRN, 2001/2003. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8674/6238>. Acesso em 05/12/2024
- BHABHA, Homi. (1998). O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG.
- DAVIS, Ângela, 1944. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico]; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. In: Revista Brasileira de Educação, nº 23, maio-agosto, 2003, p. 16-35. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SvJ7yB6GvRhMgcZQW7WDHsx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 08/01/2025
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa. 4 ed- São Paulo: Atlas, 2002.
- HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 2. ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, Bell. Teoria feminista: da margem ao centro. tradução Rainer Patriota. - São Paulo: Perspectiva, 2019.
- LÔBO, Yolanda. “Cecília Meireles”. In: Coleção Educadores MEC e UNESCO. Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010. Disponível em: <https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2020/06/Cecilia-Meireles.pdf>. Acesso em 10/12/2024.
- LUDKE, Menga. Aparecida Joly Gouveia. <https://www.netmundi.org/home/wpcontent/uploads/2020/06/Aparecida-Joly-Gouveia.pdf>. Acesso em 07/02/2025.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. A pesquisa educacional no Brasil. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n01/n01a01.pdf>. Acesso em 12/12/2024.
- NISKIER, Arnaldo. “Cecília Meireles, a educadora”. In: Revista Scripta. V. 6, n. 12. Centenário dos Escritores Brasileiros. Belo Horizonte: PUC-MS, 2003. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12476/9789>. Acesso em 05/01/2024.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista de gênero e história. Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.) - Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Ed.Mulheres, 1998.
- TELLES, Antonia Marlene Vilaca. A presença da mulher no contexto da história da educação (1960-1980). X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/861-0.pdf. Acesso em 10/01/2025.
- PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. [tradução ângela M. S. Côrrea]. — São Paulo : Contexto, 2007.

POLO, Priscila. O acesso das mulheres à educação e a igualdade de direitos de gênero, 2018. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/5346/Priscila%20Polo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10/02/2025.

SILVA, Giselle Lourenço de Sousa. O pensamento educacional de Cecília Meireles. Dissertação de Mestrado. Goiânia: PUC/GO, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3833#preview-link0>. Acesso em 05/02/2025.

SCHERER, Renata Porcher. Formação de professoras, tradicionalismo e a feminização do magistério no Brasil: um estudo da obra de Aparecida Joly Gouveia. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/5289/47966067>. Acesso em 05/02/2024.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. In: BONNICI, Thomas. ZOLIN, LÚCIA OSANA. Teorias literárias: abordagens históricas e tendências contemporâneas, 3a ed. - Maringá. 2009.